

## IV

### *A Revolução de João XXIII*

O CAMPO, PORÉM, ESTAVA ABERTO PARA A LIBERALIZAÇÃO e mesmo a transformação da Igreja. O gérmen fora lançado. O meio ambiente lhe era favorável. O advento da extraordinária figura de João XXIII produz o milagre. Nos poucos anos de seu papado a Igreja se transforma. São publicadas duas encíclicas sobre a questão social e as relações entre os povos, respectivamente a *Mater et Magistra* e a *Pacem in Terris*, as quais, embora não trouxessem nenhuma inovação radical<sup>21</sup> — a não ser a autorização aos católicos de dialogarem e colaborar com não-cristãos — abrem, todavia, novas perspectivas e dão um novo impulso à ação da Igreja — do clero e dos leigos — no campo social e político. As encíclicas, realmente, procuravam manter-se o mais possível fiéis à linha tradicional da Igreja a respeito da questão social, nos termos em que o problema fora inicialmente colocado por Leão XIII na *Rerum Novarum*. Além disso, no plano formal, ao redigir suas encíclicas, João XXIII procurou manter-se fiel a seu predecessor. Na *Pacem in Terris*, por exemplo, a pessoa de longe mais citada, com 30 citações, é Pio XII. São citadas especialmente suas Radiomensagens de Natal.

Não obstante esse caráter relativamente conservador — que inclui a reafirmação do direito à propriedade pri-

<sup>21</sup> Esta não é, por exemplo, a posição do Padre Eugene Charbonneau. Se examinarmos, porém, seu excelente resumo das inovações que essas duas encíclicas trouxeram, verificaremos que, realmente, não houve inova-

vada até dos bens de produção —, as encíclicas de João XXIII são importantes porque atualizam a doutrina social da Igreja. Nelas são tratados problemas como os do desenvolvimento econômico e da desigualdade entre os povos que, depois, a *Populorum Progressio* examinaria mais a fundo, como a participação dos operários na direção das empresas, a organização sindical, o divórcio entre a propriedade e a direção das empresas, a necessidade da intervenção crescente do Estado, a reforma agrária, a explosão populacional, a declaração dos direitos do homem, a comunidade mundial, o desarmamento, etc.

Mais importante, porém, do que suas encíclicas é a própria personalidade de João XXIII. O contraste com seu antecessor, Pio XII, aristocrático, autoritário, severo, distante, é enorme. João XXIII é em tudo o oposto a isto. Caracterizam-no a humanidade, a simplicidade, a abertura para o mundo. Enquanto Pio XII se preocupava, fundamentalmente, em segurar e controlar o movimento de liberalização da Igreja, mantendo-o dentro dos limites por ele considerados aceitáveis, João XXIII adota uma atitude oposta. O sentido fundamental de seu papado é o do estímulo ao diálogo, seja o diálogo com os não-católicos, principalmente com os marxistas, seja o diálogo entre os católicos, através do Concílio. E assim, sob sua chefia, a Igreja Católica respira, renova-se, sacode suas amarras.

Resultado direto dessa liberalização é o diálogo que logo tem início entre católicos e marxistas — diálogo esse cuja validade seria logo depois reafirmada por Paulo VI na *Eclesiam Suam* — através de uma iniciativa editorial — publicação na Itália, em 1964, de um livro em que marxistas e católicos se alternam no debate.<sup>12</sup> Ocorrem

ções radicais. CHARBONNEAU, P. Eugène, *Desenvolvimento dos Povos*, São Paulo, Herder, 1967, pp. 51-55.

<sup>12</sup> *Diálogo Posto a Prova* (tradução de *Il Dialogo alla Prova*, 1964), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.

depois uma série de debates de caráter internacional a partir de 1965. Os mais importantes deles são os organizados em Salzburgo em maio de 1965, em Herrenchiemsee (também na Alemanha Ocidental) em maio de 1966, e em Marianske Lazne, Tchecoslováquia, em abril de 1967. O título de cada um desses encontros foi, respectivamente, «Cristianismo e Marxismo, Hoje», «A Humanidade Cristã e o Humanismo Marxista» e «A Criatividade e a Liberdade na Sociedade Humana».

Mas o diálogo não se limitou apenas a essas reuniões. Católicos são convidados a participar de conferências marxistas; intelectuais católicos vêm discutir em seminários católicos. O ponto de partida são sempre as grandes semelhanças entre o humanismo cristão e o humanismo marxista. Do lado dos católicos salientam-se as origens revolucionárias e comunitárias da Igreja anteriores a Justiniano. Do lado do marxistas ressaltam-se, dentro de uma perspectiva histórica, as modificações por que passou a Igreja nos últimos tempos. Fazem-se concessões mútuas. Jean Lacroix, por exemplo, um dos mais importantes pensadores católicos contemporâneos, faz uma síntese da teoria da alienação e da *práxis*, na qual se pode entrever uma clara atitude favorável em relação ao marxismo:

«O homem tem, assim, um objetivo real: sua libertação, o escape à falsa categoria do *ter*, que torna *impossível* toda relação humana autêntica e o coloca sob o jugo de um poder ao qual não pode fugir: o *aliena*. De sua alienação à sua redenção, toda uma marcha progressiva amplia suas possibilidades, tornando-o cada vez mais livre. E' este o sentido da *práxis* e este o objetivo do marxismo: regenerar o homem.»<sup>55</sup>

Por outro lado, respondendo à tentativa de aproximação dos católicos, os marxistas abandonam sua condenação sumária de todas as religiões, ao ponto de o líder do Partido Comunista Italiano declarar em março de 1963:

<sup>55</sup> LACROIX, Jean. "O Homem Marxista", capítulo de *Marxisme, existentialisme et personnalisme*, em *Paz e Terra* n. 1, julho de 1966, pp. 127-128.

«Não é verdade que a consciência religiosa traga, necessariamente, obstáculos à compreensão e à realização dos deveres e perspectivas (da construção do socialismo) e à adesão a este combate.»<sup>24</sup>

O sentido dessa manifestação é claro. Mais do que uma simples manobra tática por parte dos comunistas italianos, em um país em que o catolicismo continua poderoso, essa tomada de posição de Togliatti era um reconhecimento oficial de que a Igreja, especialmente na medida em que era representada pelo crescente número de católicos progressistas, modificara-se, deixara de ser a grande inimiga e, se ainda não se transformara em aliada, poderia vir a sê-lo.

O grande legado de João XXIII, porém, é o Concílio Vaticano II, que depois caberia a Paulo VI completar. O concílio tem uma extraordinária importância na história da Igreja, e mesmo na história do mundo, na medida em que a Igreja Católica, apesar de todas as limitações que seu poder e sua influência vêm sofrendo nos últimos dois séculos, conserva ainda uma enorme importância na definição dos destinos da sociedade moderna. Durante quatro anos cerca de dois mil bispos, provenientes de todo o mundo (e não quase exclusivamente da Europa, como aconteceu com os concílios anteriores), discutiram os problemas fundamentais de fé, da Igreja e de sua relação com o mundo moderno. Depois desse extraordinário esforço seria impossível imaginar que dele não decorressem conseqüências profundas para essa mesma Igreja e para cada um de seus membros.

A decisão de João XXIII de convocar o Concílio foi um ato de extraordinária coragem e abertura. Desde o Vaticano I, quando fora definida a infalibilidade do Papa, o mundo acostumara a ver a Igreja como uma pirâmide

<sup>24</sup> TOGLIATTI, discurso em Bérgamo, citado em GARAUDY, Roger, *Do Anátema ao Diálogo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1966, p. 75.

monolítica, encimada pela Cúria e pelo Papa, que ditava verdades soberanamente, sem a menor participação dos bispos e dos padres. João XXIII, ao convocar o Concílio, pede a colaboração dos bispos, delega-lhes uma grande parte de sua autoridade, arrisca-se a ver essa delegação mal usada.

João XXIII, porém, era um homem que acreditava nos outros homens. E preferiu arriscar porque só assim poderia alcançar os dois grandes objetivos a que se propusera: o diálogo e a modernização — o *aggiornamento*. Compreendia, claramente, que era preciso reconciliar a Igreja com o mundo moderno, para com ele poder dialogar. Foi por isso que sempre deixou claro que seu concílio deveria ser um concílio *pastoral*. Conforme observa o Cardeal Garrone,

«o Papa pedia que, em vez de repetir, de limar os enunciados, os padres se colocassem perante o mundo tal como é, para indagar o modo de lhe falar, procurando uma linguagem que ele entendesse; que se colocassem, queria o Papa, perante a realidade das coisas e dos homens e procurassem dizer, em termos inteligíveis e atraentes, o que é a Igreja e o que ela tem para dizer».<sup>55</sup>

Depois de terminados os trabalhos, os textos do Concílio compõem-se de 16 textos, sendo quatro constituições, três declarações e nove decretos.<sup>56</sup> Entre esses documentos dois são fundamentais — a Constituição sobre «A Igreja», *Lumen Gentium*, e a Constituição sobre «A Igreja e o Mundo Moderno», *Gaudium et Spes*. O importante teólogo jesuíta alemão K. Rahner resumiu o Concílio nos seguintes termos:

«reforma litúrgica; o diálogo ecumênico, a ordem permanente dos diáconos; o Colégio Episcopal em ação conjunta e eficiente; a reforma prometida da Cúria Romana; a elaboração do Código de Direito Canônico dentro do espírito conciliar; a renovação dos seminários e da vida sacerdotal; a atualização dos religiosos e religiosas dentro do espírito de fidelidade à vocação religiosa

<sup>55</sup> GARRONE, Cardeal, *O Concílio, Orientações* (trad. de *Le Concille, Orientations*), Lisboa, Edições Paulistas, 1968, p. 18.

<sup>56</sup> Todos os textos do Concílio traduzidos em português, encontram-se em *Compêndio do Vaticano II, Constituições, Decretos e Declarações*, Vozes, Petrópolis.

e à nova exigência dos tempos; a permissão aos leigos de exercerem o *múnus* que o Concílio lhes atribui e deles exige; o apostolado bíblico que permite o encontro dos homens de hoje com a revelação viva de Deus; as missões; a liberdade religiosa; a Igreja dos pobres finalmente realizada».<sup>67</sup>

Talvez, porém, mais significativa do que essa enumeração dos principais temas tratados pelo Concílio, seja o título do livro de Rahner — *Vaticano II — Um Começo de Renovação*. Esse título define muito bem o que foi o Concílio. Não ocorreu dentro dele uma renovação completa da Igreja. Ocorreu, porém, um começo de renovação, uma abertura para a renovação que, depois, teria profundas conseqüências na vida da Igreja. Durante o Concílio travou-se uma verdadeira batalha entre os bispos renovadores, progressistas, principalmente bispos franceses, holandeses e alemães, que desejavam reformas profundas na Igreja, facilitando o ecumenismo, tornando sua doutrina mais flexível e adaptada ao mundo contemporâneo, e o grupo conservador, senão integrista, que, baseado na Cúria Romana e no execrado Santo Ofício, cujo título foi depois mudado para Congregação da Doutrina e da Fé, pretendia conservar a Igreja presa à tradição medieval, ignorando toda a transformação por que passou o mundo nos últimos séculos.

Essa batalha estava presente em todos os momentos do Concílio, embora tenha-se tornado aguda em alguns momentos, quando foram tratados problemas como o da colegialidade episcopal, através do qual se pretendia dar maior poder aos bispos e limitar o do Papa; o das fontes de revelação (maior ênfase às Escrituras ou à Tradição); o da liturgia mais ou menos acessível aos homens; o da Santíssima Virgem e seu papel na doutrina católica; o da liberdade religiosa; o do celibato dos sacerdotes; o do controle da natalidade; o das armas atômicas.

A respeito de todos esses problemas, porém, não pôde o Concílio tomar decisões radicais, que implicassem em uma profunda renovação, não obstante a maioria dos bispos no Concílio fosse claramente renovadora. E isto

<sup>67</sup> RAHNER, K., *Vaticano II, Um Começo de Renovação*, São Paulo, Herder, 1966, p. 26.

não foi possível, em virtude das próprias contingências de funcionamento de uma grande assembléia pública, ou da política decididamente adotada por Paulo VI de moderar o Concílio e conseguir sempre a unanimidade nas decisões. Realmente, enquanto que João XXIII, na primeira sessão do Concílio, o deixou caminhar com plena liberdade, Paulo VI, desde o início, manifestou claramente sua posição de buscar a unanimidade, de favorecer reformas, desde que moderadas, preservando a autoridade da Igreja e de seu chefe, e não quebrando com a tradição de forma violenta, nem deixando a doutrina imprecisa, ao arbítrio da consciência individual.

Nesses termos, se examinarmos os textos oficiais do Concílio, nada encontraremos de realmente revolucionário. O espírito do Concílio, porém, era revolucionário, e suas conseqüências seriam revolucionárias, não obstante o esforço moderador de Paulo VI. E a Igreja pós-conciliar entraria em plena ebulição a partir da ação dos católicos progressistas. A doutrina começaria a ser revista com uma audácia crescente, problemas como o do pecado, do inferno, dos anjos, dos milagres, dos santos, da obrigatoriedade da missa, etc., passariam a ser discutidos com uma liberdade cada vez maior. O Catecismo Holandês, condenado em vários itens pelo Papa, é um excelente exemplo disso.<sup>55</sup> A chamada «contestação católica» manifestar-se-ia em todo o mundo, sob as mais diversas formas. No campo teológico, uma ênfase cada vez maior é colocada na consciência individual e na revelação bíblica, livremente interpretadas, fazendo o catolicismo aproximar-se do protestantismo; no campo litúrgico, tentativas cada vez mais ousadas de aproximar os fiéis da Igreja e de sua mensagem; no campo organizacional, revoltas freqüentes de padres e freiras contra seus respectivos

<sup>55</sup> Cf. *O Novo Catecismo* (tradução de *De Nieuwe Katechismus*), redigido pelo Instituto Catequético Superior de Nijmegen, por ordem dos bispos holandeses. São Paulo, Herder, 1969.

bispos; no campo político, uma participação cada vez mais ativa e mais radical de padres e leigos católicos em movimentos de caráter revolucionário de base doutrinária marxista mais ou menos ortodoxa.

São essas manifestações políticas, são essas transformações da Igreja no campo político que nos interessam diretamente neste trabalho, mas é evidente que elas estão intimamente relacionadas com as demais transformações por que vem passando a Igreja, e que no período pós-conciliar ganharam um ímpeto muito maior.

Alguém poderia objetar que essas transformações, essa liberalização, esse reencontro com o mundo, esse *agiorramento*, esse borbulhar de idéias teológicas, morais e políticas são um fenômeno limitado. Não poderíamos, segundo esse ponto de vista, dizer que é a Igreja que está atravessando essa fase, mas uma minoria dentro dela. Não se trata, porém, de minoria. E' claro que as manifestações mais radicais são de uma minoria. Mas as transformações, em suas linhas mestras, atingem uma grande parcela da Igreja — do clero e dos leigos. E hoje a Igreja encontra-se inclusive ameaçada de divisão. Conforme observa o Cardeal Garrone,

«entre os motivos aparentes de inquietação existem: a exploração partidária do Concílio; opiniões que tomaram freios nos dentes; a ruptura da tradição e, finalmente, a conversão para o mundo que parece inverter a corrente evangélica ... O Concílio é visto como uma arena ... a tal ponto que se constrói uma «teologia de direita» — ortodoxa pura e simples para uns, para outros integrismo absoluto; e uma «teologia de esquerda» — qualificada aqui como progressista, considerada além como simples fidelidade ao progresso da revelação».<sup>99</sup>

Em outras palavras, tomando emprestado do jargão político expressões com «esquerda» e «direita», a Igreja entra em conflito interno. O Concílio, apesar da moderação de seus textos oficiais, deu o sinal verde para que os católicos de vanguarda partissem, cada vez mais ousadamente, para um processo de renovação da Igreja. E os renovadores no campo teológico, moral e litúrgico, orga-

<sup>99</sup> *Op. cit.*, pp. 152-154.

nizacional são, freqüentemente, também os renovadores no campo político. De forma que o Concílio, embora não tratasse de problemas políticos, teria uma importância muito grande nesse processo de transformação política da Igreja — e particularmente da Igreja da América Latina — que, de baluarte da ordem estabelecida, iria se transformar em agente reformista e, muitas vezes, revolucionário mesmo.

A ebulição das idéias pós-conciliares chegou a um tal ponto dentro da Igreja que o Papa Paulo VI, vendo sua autoridade e a própria ortodoxia de fé ameaçadas, abandonou em grande parte aquela posição de mediador entre as duas correntes para tomar uma posição clara, ainda que sempre moderada, em defesa da estabilidade da Igreja enquanto instituição de seu sistema de autoridade hierárquica, e do caráter absoluto de sua doutrina e moral, nos termos em que foram transmitidos pelas Escrituras e pela Tradição. E é dentro desse quadro que devemos compreender encíclicas como a *Mysterium Fidei*, sobre a Eucaristia, a *Sacerdotalis Celibatus*, reafirmando o celibato dos padres, e a *Humanae Vitae*, que proibiu o uso da pílula anticoncepcional e provocou violenta reação em todo o mundo, dado o anacronismo dessa proibição. E' dentro desse quadro de crise também que deve ser compreendido o pronunciamento do Papa, na Catedral de São João Latrão, durante a missa de Quinta-feira Santa de 1969:

«Como pode ser uma Igreja, que é um povo unido, quando um fermento praticamente de cisma a divide e subdivide, rompe-a em grupos ligados, mais que nada, a uma autonomia basicamente egoísta e arbitrária, disfarçada de pluralismo cristão ou liberdade de consciência?»<sup>99</sup>

Fazemos essa citação de Paulo VI como poderíamos ter feito muitas outras, porque são inúmeros seus pronunciamentos nesse sentido. Em todos eles o Papa revela sua extrema preocupação com os destinos da Igreja. Neste trabalho não nos interessa discutir até que ponto

<sup>99</sup> Cf. *A Tribuna*, Santos, 4 de abril de 1969.

o Papa tem ou não razão — até que ponto estão ou não ameaçados os destinos da Igreja. E' indiscutível, porém, que o processo de renovação da Igreja e de reencontro com o mundo é irreversível — é tão irreversível quanto é condição de sua própria sobrevivência. Poderá haver exageros, excessos, mas parece-nos claro que, ou a Igreja se renova, ou irá aprofundando-se em um processo de decadência, de perda de influência e significação para o mundo e para os homens, processo esse que já teve início há tempo. Essa renovação terá que ocorrer e já está ocorrendo inclusive na área política, pois é inútil, senão absurdo, pensar na Igreja alheia à política. Examinaremos agora as causas dessa renovação política da Igreja dentro desse quadro de referências: o de ser a renovação uma condição de sobrevivência da própria Igreja.